



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

370293
- 541 10 9 2010

Ofº n.º 7723/MAP - 9 Setembro 2010

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de
Orçamento e Finanças
Deputado Paulo Mota Pinto

Assunto: Petição n.º 21/XI/1.^a, 22/XI/1.^a, 23/XI/1.^a, 24/XI/1.^a e 33/XI/1.^a
- “Pretende que as pessoas colectivas sem fins lucrativos fiquem isentas de IRC e Pagamento Especial por Conta” - pedido de pronúncia.

Em resposta ao vosso ofício n.º 143/5^a-COF, de 16 de Junho de 2010, encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de junto enviar cópia do ofício n.º 1608 de 8 do corrente, do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças, respeitante ao assunto acima identificado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	4326
Processo N.º	9/9/2010

08.SET 10 01608

Exmo Senhor
Chefe do Gabinete de S. E.
o Ministro dos Assuntos Parlamentares

Sua referência
Ofício nº 4927

Sua Comunicação
16-06-2010

Nossa referência
Ent. 5667/10 Proc.08.06.03

Assunto: Petições n.ºs 21/XI/1.ª, 22/XI/1.ª, 23/XI/1.ª, 24/XI/1.ª e 33/XI/1.ª - "Pretende que as pessoas colectivas sem fins lucrativos fiquem isentas de IRC e Pagamento Especial por Conta" – pedido de pronúncia

Exmo Senhor,

Encarrega-me S.E. o Ministro de Estado e das Finanças de, em resultado da análise efectuada ao teor das Petições mencionadas em epígrafe, remeter em anexo informação prestada pelo Gabinete de S.E. o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre a matéria em causa, cujo teor se afigura prestar integral esclarecimento ao que vem questionado.

Com os melhores cumprimentos.

A Chefe do Gabinete,

(Filipa Bandeira de Melo)

ANEXO: Nota do Gabinete de S.E. o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, elaborada em 14/07/2010.
C/c: Gab. SEAF

Av. Infante D. Henrique - 1149-009 LISBOA

Tel.: +351 218 816 800; Fax: +351 218 816 862; E-mail: gab.mf@mf.gov.pt



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

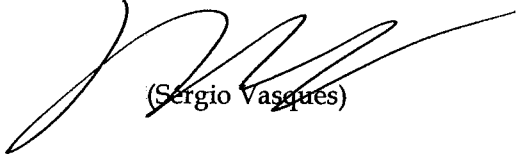
Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

DESPACHO N.º 589 /2010-XVIII

Concordo. À consideração de S. Ex.^a o Ministro de Estado e das Finanças.

Lisboa, 15 de Julho de 2010.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais,



(Sérgio Vasques)

**RESPOSTA ÀS PETIÇÕES N.ºS 21/XI/1.ª, 22/XI/1.ª, 23/XI/1.ª, 24/XI/1.ª e 33/XI/1.ª –
PRETENDE QUE AS PESSOAS COLECTIVAS SEM FINS LUCRATIVOS FIQUEM ISENTAS DE
IRC E PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA – PEDIDO DE PRONÚNCIA**

AUTOR: Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças

GRUPO PARLAMENTAR: -

DESTINATÁRIO: Ministro de Estado e das Finanças

ASSUNTO: Resposta às petições N.ºs 21/XI/1.ª, 22/XI/1.ª, 23/XI/1.ª, 24/XI/1.ª e 33/XI/1.ª
– Pretende que as pessoas colectivas sem fins lucrativos fiquem isentas de IRC e
Pagamento Especial por Conta – pedido de pronúncia



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

PERGUNTA

É solicitado ao Ministério das Finanças e da Administração Pública que se pronuncie sobre as petições em análise, cuja pretensão consiste na atribuição de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e Pagamento Especial por Conta (PEC) a organizações não governamentais que não prossigam fins lucrativos

RESPOSTA

1) Isenção de IRC

As Organizações não governamentais são sujeitos passivos de IRC nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IRC.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC estão isentas de IRC as pessoas colectivas de mera utilidade pública – Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro – que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou de defesa do meio ambiente.

Esta isenção, prevista para as pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou de defesa do meio ambiente, carece, de acordo com o n.º 2 do artigo 10.º, de reconhecimento pelo Ministro de Estado e das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

De acordo com o n.º 3 do artigo 10.º, esta isenção fica condicionada à observância dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

Nestes termos, estas entidades poderão beneficiar da referida isenção, caso preencham os requisitos aqui transcritos.

Acresce que, de acordo com o disposto no artigo 11.º do Código do IRC, estão isentos de IRC os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas.

A isenção prevista só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o efeito e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.

Assim, caso se trate de associações culturais e caso se verifiquem os demais requisitos, os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais estarão isentos de IRC nos termos e condições previstos no artigo 11.º.

2) Isenção de PEC

As organizações não governamentais são entidades sem fins lucrativos, pressupondo-se que não exercem, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Ora, a sujeição ao PEC apenas abrange os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 106.º do Código do IRC, pelo que estas entidades se encontram excluídas desta sujeição.

Por outro lado, este tipo de entidades poderá beneficiar da isenção prevista no artigo 10.º do Código do IRC.

Ora, nos termos da alínea a) do n.º 11 do artigo 106.º, encontram-se dispensados do PEC os sujeitos passivos isentos de IRC.

CONCLUSÃO

As organizações não governamentais sem fins lucrativos beneficiarão da isenção prevista no artigo 10.º do Código do IRC caso preencham os respectivos pressupostos e requisitos ou, tratando-se de associações culturais, os rendimentos directamente derivados das actividades



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

culturais estarão isentos de IRC nos termos do artigo 11.º do Código do IRC, caso se verifiquem as respectivas condições.

Pressupõe-se que as entidades em causa não exercem, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, pelo que se encontrarão, à partida, excluídas do âmbito de sujeição do PEC.

Caso beneficiem da isenção prevista no artigo 10.º do Código do IRC, estarão expressamente contempladas na norma de dispensa prevista no n.º 11 do artigo 106.º do mesmo diploma legal.

Assim, carecem de sentido as petições apresentadas.

Lisboa, 14 de Julho de 2010.